

SUMÁRIO

Capítulo 1 – CONCEITO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	13
1.1. Conceito de administração pública em sentido estrito	13
1.1.1. Regime jurídico administrativo	14
1.2. Codificação do direito administrativo	15
Capítulo 2 – PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	17
2.1. Conceito de princípios	17
2.2. Princípios constitucionais de direito administrativo	17
2.2.1. Princípio da legalidade	17
2.2.2. Princípio da impessoalidade	18
2.2.3. Princípio da moralidade	19
2.2.4. Princípio da publicidade	21
2.2.5. Princípio da eficiência	22
2.3. Outros princípios de direito administrativo	22
2.3.1. Princípio da continuidade do serviço público	22
2.3.2. Princípio da presunção de legalidade e veracidade	23
2.3.3. Princípio da autoexecutoriedade	23
2.3.4. Princípio da autotutela administrativa	23
2.3.5. Princípio da finalidade	24
2.3.6. Princípio da motivação	24
2.3.7. Princípio da razoabilidade e da proporcionalidade	24
Capítulo 3 – PODERES ADMINISTRATIVOS	26
3.1. Classificação dos poderes administrativos	26
3.1.1. Poder vinculado (ou regrado)	26
3.1.2. Poder discricionário	26
3.1.3. Poder hierárquico	27
3.1.4. Poder disciplinar	27
3.1.5. Poder regulamentar (ou normativo)	27
3.1.6. Poder de polícia	29
3.1.6.1. Diferença entre polícia administrativa e polícia judiciária	29
3.1.6.2. Atributos do poder de polícia	29

3.1.6.3. Limites do poder de polícia	30
3.1.6.4. Abrangência da atuação do poder de polícia	31
3.1.6.5. Meios de atuação do poder de polícia	31
Capítulo 4 – ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ..	34
4.1. Administração pública direta	34
4.1.1. Princípios infraconstitucionais que regem a atividade administrativa	34
4.2. Administração pública indireta	34
4.2.1. Autarquias	34
4.2.1.1. Características das autarquias	35
4.2.1.2. Privilégios das autarquias por serem parte integrante da administração pública indireta	35
4.2.1.3. Agências reguladoras e executivas	36
4.2.2. Fundações públicas.....	38
4.2.3. Sociedades de economia mista	39
4.2.3.1. Características das sociedades de economia mista .	39
4.2.4. Empresas públicas	43
Capítulo 5 – ATOS ADMINISTRATIVOS	46
5.1. Conceito de ato administrativo	46
5.1.1. Sujeito ativo do ato administrativo	46
5.1.2. Atributos do ato administrativo	47
5.1.3. Requisitos dos atos administrativos	49
5.1.3.1. Competência	50
5.1.3.2. Finalidade	51
5.1.3.2.1. Desvio de finalidade	51
5.1.3.3. Forma	51
5.1.3.4. Motivo	52
5.1.3.4.1. Da necessidade da motivação dos atos administrativos	53
5.1.3.4.2. Teoria dos motivos determinantes	53
5.1.3.4.3. Diferença entre motivação e móvel	53
5.1.3.5. Objeto	54
5.2. Classificação dos atos administrativos	55
5.2.1. Quanto às prerrogativas da administração no momento de sua produção	55
5.2.2. Quanto à produção ou reprodução de efeitos	55
5.2.3. Quanto à repercussão na esfera jurídica de terceiros	55

5.2.4. Quanto ao alcance (posição de terceiros)	56
5.2.5. Quanto à formação	56
5.2.6. Quanto à liberdade da administração para a prática do ato	56
5.2.6.1. Diferença entre discricionariedade e arbitrarie- dade	57
5.2.6.2. Abuso de poder e suas espécies	57
5.2.7. Quanto à vontade concorrente para a formação do ato	57
5.2.8. Quanto à produção de efeitos válidos	58
5.3. Atos administrativos em espécie	58
5.3.1. Atos administrativos quanto ao conteúdo	58
5.3.2. Atos administrativos quanto à forma	60
5.4. Extinção dos atos administrativos	61
5.5. Convalidação do ato administrativo	62
5.5.1. Espécies de convalidação	62
Capítulo 6 – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	64
6.1. Conceito de contrato administrativo	64
6.2. Regime jurídico aplicável ao contrato administrativo	64
6.2.1. Critérios utilizados para definir o regime dos contra- tos administrativos (públicos ou privados)	66
6.3. Competência para legislar sobre contratos administrativos	67
6.4. Características dos contratos administrativos	67
6.5. Formalização dos contratos administrativos	69
6.6. Extinção dos contratos administrativos	69
6.6.1. Formas normais de extinção dos contratos adminis- trativos	69
6.6.2. Formas anormais de extinção dos contratos adminis- trativos	69
6.7. Contratos administrativos em espécie	71
6.7.1. Contratos de obra pública	71
6.7.2. Contratos de serviço	72
6.7.3. Contratos de fornecimento	72
6.7.4. Contratos de trabalhos artísticos	72
6.7.5. Contratos de concessão	72
6.7.6. Diferença entre contrato de obra pública e concessão de obra pública	73
6.8. Parcerias público-privadas — PPPs	73
6.8.1. Condições para uso das PPPs	73
6.8.2. Princípios reitores das PPPs	74

6.8.3. Contraprestações da administração e garantias que a administração fornecerá ao parceiro	74
6.8.4. Aspectos licitatórios das PPPs	75
6.8.5. Gestão das PPPs	76
6.9. Contrato de gestão	77
Capítulo 7 – AGENTES PÚBLICOS	79
7.1. Conceito de agente público	79
7.2. Classificação dos agentes públicos	79
7.2.1. Agentes políticos	80
7.2.2. Agentes de carreiras especiais	80
7.2.3. Agentes administrativos	80
7.2.3.1. Proteção previdenciária do servidor público — à luz da Lei n. 8.112/90	82
7.2.3.1.1. Da aposentadoria	82
7.2.3.1.2. Do auxílio-natalidade	88
7.2.3.1.3. Do salário-família	88
7.2.3.1.4. Auxílio-doença (da licença para tratamento de saúde)	89
7.2.3.1.5. Do salário-maternidade ou da licença à gestante e à adotante	89
7.2.3.1.6. Das prestações acidentárias ou da licença por acidente em serviço	90
7.2.3.1.7. Dos benefícios devidos aos dependentes do servidor público	90
7.2.4. Agentes militares	92
7.3. Classificação de agentes públicos (Oswaldo Aranha Bandeira de Mello)	92
7.3.1. Particulares em colaboração com o poder público	93
7.4. Cargos públicos	93
7.4.1. Conceito de cargos públicos	93
7.4.2. Classificação dos cargos públicos	93
7.4.3. Provimento de cargos públicos	95
7.4.3.1. Classificação dos provimentos de cargos públicos	95
7.4.4. Vacância de cargos públicos	96
7.4.5. Cumulação de cargos públicos	97
Capítulo 8 – BENS PÚBLICOS	100
8.1. Conceito de bens públicos	100
8.2. Classificação dos bens públicos	100

8.3. Características dos bens públicos	101
8.4. Competência legislativa	102
8.5. Meios de aquisição de propriedades pelo poder público	102
8.5.1. Meios de direito público	102
8.5.2. Meios de direito privado	104
8.5.3. Bens que compõem o patrimônio público	104
8.5.3.1. Bens da União	104
8.5.3.2. Bens dos Estados	109
8.6. Utilização dos bens públicos por particulares	110
Capítulo 9 – SERVIÇOS PÚBLICOS	113
9.1. Conceito de serviço público	113
9.2. Princípios que regem os serviços públicos	113
9.3. Os serviços públicos e o Código de Defesa do Consumidor ..	114
9.4. Aspectos configuradores do serviço público	117
9.5. Classificação dos serviços públicos	117
9.5.1. Essenciais ou indispensáveis.....	117
9.5.2. Não essenciais ou úteis.....	117
Capítulo 10 – LICITAÇÃO	120
10.1. Conceito de licitação	120
10.2. Competência	120
10.3. Princípios aplicáveis à licitação	121
10.3.1. Princípio da isonomia	121
10.3.2. Princípio da legalidade	122
10.3.3. Princípio da impessoalidade	122
10.3.4. Princípio da moralidade e da probidade	122
10.3.5. Princípio da publicidade	123
10.3.6. Princípio da adjudicação compulsória	124
10.3.7. Princípio da vinculação ao instrumento licitatório ..	124
10.4. Objeto de licitação	124
10.5. Dispensa e inexigibilidade	125
10.6. Modalidades de licitação	128
10.7. Procedimento licitatório	129
10.7.1. Audiência pública	129
10.7.2. Edital	130
10.7.3. Habilitação	130
10.7.4. Classificação	130
10.7.5. Homologação e adjudicação	132

Capítulo 11 – PROCESSO ADMINISTRATIVO	134
11.1. Questão semântica do instituto	134
11.2. Princípios que regem o processo administrativo	134
11.2.1. Princípio da isonomia	135
11.2.2. Princípio da legalidade	135
11.2.3. Princípio do devido processo legal	135
11.2.4. Princípio do contraditório	136
11.2.5. Princípio da ampla defesa	137
11.2.6. Princípio da motivação ou fundamentação	137
11.2.7. Princípio da publicidade	138
11.2.7.1. Dispensa excepcional do cumprimento do prin- cípio da publicidade	138
11.2.8. Da súmula vinculante e a administração pública	139
11.3. Fases do processo administrativo	142
11.4. Recurso administrativo	143
11.5. Da necessidade ou desnecessidade da defesa técnica no processo administrativo	144
11.6. Espécies de processo administrativo	145
11.7. Classificação dos processos administrativos	148
11.8. Prazo prescricional aplicável aos processos administrati- vos regidos pela Lei n. 9.784/99	148
11.9. Do processo administrativo-fiscal previdenciário em face da criação da Receita Federal do Brasil	149
11.9.1. Da normatização do processo administrativo-fiscal previdenciário	150
11.9.1.1. Do processo administrativo-fiscal de determi- nação e exigência	151
11.9.1.2. Tipos de Mandado de Procedimento Fiscal (MPF).....	151
11.9.1.3. Prazos para consecução da ação fiscal.....	152
11.9.1.4. Do início da ação fiscal	152
11.9.1.5. Do lançamento	153
11.9.1.6. Da formalização do crédito fiscal previden- ciário	154
11.9.1.7. Do encerramento da ação fiscal.....	154
11.9.1.8. Formas de intimação.....	154
11.9.2. O processo administrativo-fiscal previdenciário e o depósito recursal	154
11.9.3. Do processo administrativo-fiscal de consulta	155
11.9.4. Do processo administrativo-fiscal de parcelamento...	156
11.9.4.1. Parcelamentos especiais.....	156

Capítulo 12 – MEIOS DE CONTROLE JUDICIAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	159
12.1. Remédios constitucionais	159
12.1.1. Mandado de segurança	159
12.1.1.1. Natureza residual do mandado de segurança ..	159
12.1.1.2. Pressupostos do mandado de segurança	160
12.1.1.3. Hipóteses de não cabimento do mandado de segurança	161
12.1.1.4. Prazo para impetração do mandado de segu- rança	161
12.1.1.5. Legitimidade para impetração do mandado de segurança	162
12.1.2. Mandado de segurança coletivo	163
12.1.2.1. Legitimação	163
12.1.2.2. Hipóteses de cabimento de mandado de segu- rança coletivo	164
12.1.3. Mandado de injunção	164
12.1.3.1. Legitimação	165
12.1.3.2. Competência	165
12.1.4. Ação popular	166
12.1.4.1. Pressupostos da ação popular	167
12.1.4.2. Objeto da ação popular	167
12.1.4.3. Prazo prescricional da ação popular	167
12.1.5. <i>Habeas corpus</i>	169
12.1.5.1. Pressupostos do <i>habeas corpus</i>	169
12.1.6. <i>Habeas data</i>	169
12.1.6.1. Objeto do <i>habeas data</i>	169
12.1.6.2. Elementos subjetivos no <i>habeas data</i>	170
12.1.7. Ação civil pública	170
12.1.7.1. Pressuposto para a ação civil pública	171
12.1.7.2. Elementos subjetivos na ação civil pública	171
12.1.7.3. Objeto da ação civil pública	171
Capítulo 13 – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	173
13.1. Fases da responsabilidade do Estado	173
13.2. Responsabilidade do Estado pela prática de atos judiciais	174
13.3. Responsabilidade do Estado pela prática de atos do Legis- lativo	176
13.4. Reparação do dano	176
13.5. Da denúncia da lide do servidor na ação de indeniza- ção movida contra o Estado	178

Capítulo 14 – INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE PRIVADA	180
14.1. Modalidades de intervenção do Estado na propriedade privada	180
14.1.1. Desapropriação	180
14.1.2. Limitação administrativa	181
14.1.3. Servidão administrativa	182
14.1.4. Ocupação temporária	183
14.1.5. Tombamento	184
14.1.6. Requisição	186
<i>Bibliografia</i>	189